

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Ex. ma Sr.^a Presidente da Assembleia da República

No passado dia 9 de janeiro foi dado a conhecer o relatório do Fundo Monetário Internacional relativo aos cortes nas funções do Estado, encomendado pelo atual executivo.

Neste documento, é proposto um “corte permanente na despesa de quatro mil milhões de euros a partir de 2014”, essencialmente nas áreas da Educação, da Saúde e das forças de segurança, considerando ainda que classes profissionais como os polícias, os juizes, os médicos ou os professores têm “demasiadas regalias”.

No que concerne à área da educação onde se prevê a necessidade de dispensa de 50.000 docentes, o FMI não poupa críticas ao sistema de ensino português, sugerindo que se faça mais com menos meios,

Para sustentar o conjunto de recomendações a aplicar neste setor, o FMI inclui um conjunto de tabelas cujos dados foram recolhidos junto do Ministério das Finanças e do Ministério da Educação e Ciência.

Sucedo que, não obstante a indicação de que se tratam dos dados oficiais, o certo é que não se conhece quais as variáveis tidas em conta para a contabilização final, seja de pessoal docente e não docente, seja do n.º de estabelecimentos de ensino e de alunos matriculados.

Aliás, da análise comparativa entre os dados recolhidos pelo FMI e os dados vertidos nas últimas estatísticas oficiais do MEC, respeitantes aos anos letivos 2009/2010 e 2010/2011, verifica-se a existências de inúmeras incongruências que cumpre esclarecer com a máxima diligência para o seu cabal esclarecimento.

Em sintonia com o que vem de ser dito e tendo em consideração que a área da educação se encontra especialmente visada nesta proposta de “corte de despesa” apresentada pelo FMI, revela-se imprescindível conhecer, não só os documentos de suporte disponibilizados pelos diferentes Ministério para a conseqüente análise vertida no presente relatório, mas também as variáveis do sistema de ensino tidas em conta na contabilização dos números finais.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista requer, através de V. Exa., ao Ministro de Estado e das Finanças, o envio dos documentos de suporte disponibilizados ao Fundo Monetário Internacional, nomeadamente no que respeita aos dados e às variáveis tidas em conta para obtenção dos resultados final do relatório.

Palácio de São Bento, sexta-feira, 25 de Janeiro de 2013

Deputado(a)s

RUI JORGE SANTOS(PS)

RUI PEDRO DUARTE(PS)

ACÁCIO PINTO(PS)

ANA CATARINA MENDONÇA MENDES(PS)

CARLOS ENES(PS)

INÊS DE MEDEIROS(PS)

JORGE FÃO(PS)

LAURENTINO DIAS(PS)

ODETE JOÃO(PS)

MARIA GABRIELA CANAVILHAS(PS)

PEDRO DELGADO ALVES(PS)